

Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos

Parecer

Relativo à Proposta n.º 88/2016 - “Aprovar a cedência ao Município de Lisboa de uma parcela de terreno, a título gratuito, sita na Rua Direita de Palma, com a área de 9.25 m2, bem como submeter à apreciação da Assembleia Municipal a afetação ao domínio público municipal da mesma parcela.”

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Através da Proposta n.º 88/2016, subscrita pelo Vereador Manuel Salgado, titular dos Pelouros do Planeamento, do Urbanismo, da Reabilitação Urbana, do Espaço Público, do Património e das Obras Municipais, e aprovada por unanimidade, na reunião da Câmara Municipal de Lisboa [CML] de 8 de Março de 2016, submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal de Lisboa [AML] o seguinte:

- “Aprovar a cedência ao Município de Lisboa de uma parcela de terreno, a título gratuito, sita na Rua Direita de Palma, com a área de 9.25 m2, bem como submeter à apreciação da Assembleia Municipal a afetação ao domínio público municipal da mesma parcela.”

Tendo a Proposta sido remetida, por despacho da Presidente da AML, Helena Roseta, para a 1.ª Comissão Permanente - Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos, a fim de ser apreciada e, consequentemente, emitido parecer até 4 de Abril de 2016, cumpre proceder à emissão do mesmo, em consonância com o preceituado no artigo 76.º do Regimento da AML para o mandato 2013-2017.

2. CONSIDERANDOS

O Plano de Pormenor de Palma de Baixo, aprovado pela Assembleia Municipal de Lisboa, identifica uma passagem existente à Vila Penteado, atualmente de dimensões precárias,



TP
gestão

cabendo ao proprietário do prédio urbano sito à Rua Direita de Palma, número cinco, garantir melhor acesso.

Através do Processo 659/EDI/2014, deu entrada na Câmara um pedido de comunicação prévia para a construção de moradia unifamiliar a realizar à Rua Direita de Palma, número cinco, e a intervenção aí proposta demonstra a pretensão do particular de ceder ao Município a área de 9,25 m² para integrar o domínio público municipal, conforme Plano de Pormenor de Palma de Baixo. Assim torna-se necessário aceitar a cedência a título gratuito da acima referenciada.

Nas condições de acordo consta que a parcela de terreno é transmitida no estado em que se encontra.

Na justificação do valor proposto considerou-se o valor simbólico de 5€/m², apenas para efeitos fiscais, perfazendo o montante de 46,25€ (quarenta e seis euros e cinco cêntimos).

A cedência a título gratuito aprovada pela CML em reunião de 8 de Março de 2016, competindo à AML a aprovação da afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno acima identificada, nos termos do previsto no Plano de Pormenor de Palma de Baixo.

3. Anexos

As signatárias consideraram desnecessária a junção ao presente parecer de quaisquer elementos documentais, nem tal foi solicitado por qualquer Deputado ou Grupo Municipal.

4. Conclusões:

Analisada a proposta nº 88/2016, a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos conclui que a mesma está em condições de ser debatida e votada em plenário da Assembleia Municipal de Lisboa.

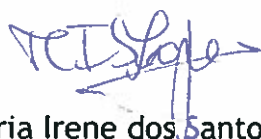
As diversas forças políticas reservam o seu sentido de voto para o plenário.

A apreciação cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão de parecer.

Este parecer foi aprovado por unanimidade dos Grupos Municipais e Deputados Independentes.

Assembleia Municipal de Lisboa, 4 de Abril de 2016

A Presidente da Comissão



Maria Irene dos Santos Lopes

A Deputada Relatora



Ana Páscoa